



De ordem, ao Dep.  
Leg. para providenciar.

MENSAGEM N.º 128/2018

PROCESSO Nº 02/2019

A Sua Excelência o Senhor  
RANIERE BARBOSA  
Presidente da Câmara Municipal do Natal

CMN - PROCESSO  
Nº 02/19  
FOLHA: 02/11

Em 14/12/2018

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do parágrafo 1.º do art. 43 da Lei Orgânica do Município de Natal, decidi vetar integralmente o Projeto de Lei n.º 063/2018, de autoria da Vereadora Nina Souza e subscrito pelos Vereadores Ana Paula, Júlia Arruda, Ary Gomes e Ranieri Barbosa, aprovado na sessão plenária realizada no dia 27 de novembro de 2018 e recebido pelo Gabinete Civil desta Municipalidade na data de 30 de novembro de 2018, que *"Modifica a redação de dispositivos das Leis n.ºs 5.323, de 28 de novembro de 2001 e 367, de 18 de dezembro de 2012, que alteram a Lei 4.838, de 09 de setembro de 1997, a qual dispõe sobre o Projeto Djalma Maranhão de incentivos fiscais para a realização de projetos culturais no Município de Natal, e dá outras providências"*, por estar eivado de vício de inconstitucionalidade material, afrontando o art. 167, V, da Constituição da República, bem como os arts. 95, IV, 21, I, e 39, §1.º, da Lei Orgânica do Município de Natal, e os arts. 14 e 16, da Lei Complementar n.º 101/00, na forma das RAZÕES DE VETO INTEGRAL, adiante explicitadas.

### RAZÕES DE VETO INTEGRAL

Da análise do teor do Projeto de Lei n.º 063/18, o Poder Legislativo pretende promover alterações no conteúdo da Lei Municipal n.º 4.838/97 (Programa Djalma Maranhão), trazendo as seguintes disposições:

a) o parágrafo 4.º do art. 2.º passa a prever maior quantitativo de receita, oriunda de Imposto sobre Serviços - ISS e Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, a ser destinado ao incentivo fiscal de empreendedores no âmbito das políticas públicas voltadas à promoção da cultura dentro do Município de Natal;

b) o art. 2.º, *caput*, e os parágrafos 1.º e 2.º e o art. 9.º, da Lei n.º 4.838/97, estabelecem novas condições para o recebimento dos recursos por parte dos empreendedores vinculados ao Programa Djalma Maranhão, assim como contêm previsão de vinculação à renúncia fiscal relativamente à concretização dos projetos em referência.

Do exame do texto da proposição legislativa, observa-se que a alteração que se pretende realizar no parágrafo 4.º do art. 2.º, da lei n.º 4.838/97 promoverá aumento na alíquota de 2% (dois por cento) para 3% (três por cento) das receitas oriundas de ISS e IPTU até o teto de 5% (cinco por cento), como incentivo cultural de empreendedores da área cultural, não se adequando,

portanto, à Lei Orgânica Municipal e à Constituição Federal, as quais vedam a vinculação de receita de imposto a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas as hipóteses constitucionais, nas quais não se enquadra o objeto do presente projeto de lei.

Para fundamentar este entendimento, observe-se, a propósito, a redação dos seguintes dispositivos da Constituição Federal e da Lei Orgânica de Natal:

*“Art. 167, da Constituição Federal: São vedados:*

*V - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, 212 e 37, XXII, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo”;*

*“Art. 95, da Lei Orgânica de Natal: São vedados:*

*IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, a fundo ou a despesa ressalvadas a destinação de recursos para a manutenção e o desenvolvimento do ensino e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita”;*

Com efeito, neste projeto de lei, além de existir uma infração à Lei Orgânica Municipal, seu teor encontra-se maculado por vício de inconstitucionalidade de caráter material, posto que o seu conteúdo não guarda consonância com as normas constitucionais relativas às finanças públicas, em especial à execução orçamentária.

Em geral, sob a ótica do princípio da tripartição dos poderes, compete ao Executivo a função administrativa, como atividade típica, dentro da qual se encontra a arrecadação e aplicação das rendas municipais, cabendo ao Poder Legislativo, primordialmente, a função de editar leis, isto é, atos normativos revestidos de generalidade e abstração.

Não por outra razão, compete ao Executivo a iniciativa de leis que disponham sobre sistema tributário, arrecadação e aplicação de rendas municipais, sendo o que se prescreve os arts. 21, I, e 39, §1.º, ambos da Lei Orgânica de Natal, *in verbis*:

*“Art. 21: compete à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, não exigida esta para o especificado no Art. 22, Inciso III, legislar sobre todas as matérias de competência do Município, especialmente sobre:  
I - sistema tributário, arrecadação e aplicação de rendas”;*

*“Art. 39: a iniciativa dos projetos de lei cabe a qualquer Vereador, ao Prefeito e a três por cento do eleitorado registrado na última eleição.*

*§ 1º - É de competência privada do Prefeito a iniciativa de projetos de lei que disponham sobre as matérias constantes dos incisos I, II, III, VI, VIII, IX e X, do artigo 21, desta lei”.*

Ademais, a alteração pretendida ao art. 2.º, *caput*, e parágrafos 1.º e 2.º, e ao art. 9.º, visando aperfeiçoar a ação governamental municipal na área da cultura, terminou por acarretar aumento de despesas, na medida em que vincula percentual maior de ISS e IPTU (de 2% para 3%) para o desenvolvimento das ações do Programa Djalma Maranhão, estipulando, assim, regra de renúncia fiscal. Todavia, diversamente do que prevê as normas que regem a responsabilidade fiscal dos entes públicos, tais medidas estão desprovidos de impacto orçamentário-financeiro, não se adequando, portanto, aos arts. 14 e 16, I, da Lei Complementar n.º 101/00, cuja redação colaciona-se a seguir:

*“Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:(...)”.*

*“Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:  
I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes”;*

Não se pode perder de vista que o aumento da isenção fiscal a ser concedida, possibilitará a elevação dos atuais 2% (dois por cento) (previsão máxima) para um percentual mínimo de 3% (três por cento), ou seja, um aumento de pelo menos 50% (cinquenta por cento) do incentivo, podendo chegar a incríveis 5% (cinco por cento).

Deve-se destacar, ainda, que a proposta legislativa em tela não só continua a excluir a prerrogativa plena do Pleno Legislativo de decidir acerca da alíquota por lei - uma vez que confere à Mesa Diretora essa prerrogativa -, como eleva a renúncia fiscal, o que, com mais propriedade, caberia ao Poder Executivo, já que este é quem elabora a Lei Orçamentária Anual e administra os gastos públicos.

Ademais, o projeto ainda prevê redução do percentual mínimo captado como condição para inicialização dos recursos “patrocinados”, reduzindo dos atuais 40% (quarenta por cento) para 20% (vinte por cento) e eleva o período de prorrogação do prazo de captação em 100% (cem por cento) do período anteriormente concedido.

Em seu art. 4.º, o projeto retira a prerrogativa do Poder Executivo de fixar o limite máximo de incentivo e estabelece que cada proponente poderá alcançar a soma de 10% (dez por cento) do total renunciado para todo o programa, ou seja, um único proponente poderá beneficiar-se com somatório superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), o que afasta significativamente a



PREFEITURA DO  
**NATAL**  
A NOSSA CIDADE

CMN - PROCESSO  
Nº 02/14  
FOLHA: 04/14

justificativa social do programa, na medida em que passa beneficiar grandes espetáculos. Ora, se não bastasse a ideia de que o Programa Djalma Maranhão, sob a ótica de incentivo fiscal, desrespeita a Constituição Federal, vinculando receita à atividade cultural, a proposição legislativa em questão tenta atribuir ao Legislativo Municipal a prerrogativa constitucionalmente conferida ao Poder Executivo de gerir o orçamento e, ainda, desrespeita toda e qualquer justificativa legal à concessão de renúncia fiscal, conforme os ditames estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Diante do exposto, não há outra conclusão possível senão a de que o presente projeto de lei contém, de fato, vícios insanáveis de inconstitucionalidade material, porquanto violador de regras atinentes à vedação à vinculação de receitas estabelecidas pela Constituição Federal, bem como do regime de atribuição de competência do Poder Executivo Municipal para dispor sobre o sistema tributário.

Pelas razões expostas, Senhor Presidente e Senhores Vereadores, por estar eivado de inconstitucionalidade de cunho material, afrontando o art. 167, V, da Constituição da República, bem como os arts. 95, IV, 21, I, e 39, §1.º, da Lei Orgânica do Município de Natal, e os arts. 14 e 16, da Lei Complementar n.º 101/00, **VETO INTEGRALMENTE** o Projeto de Lei n.º 063/2018.

Atenciosamente,

  
ALVARO COSTA DIAS  
Prefeito